

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	4	14.387	33.216
Contas a receber de clientes	5	5.412	10.729
Tributos a recuperar	6	1.554	2.602
Almoxarifado		502	394
Outros valores a receber	7	1.014	235
		22.869	47.176
Não circulante			
Realizável a longo prazo		1.604	1.296
Imobilizado	8	229.417	234.753
Intangível	8	1.380	1.899
		232.401	237.948
Total do ativo		255.270	285.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)



Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores		9.099	9.983
Obrigações trabalhistas	9	7.273	12.106
Obrigações tributárias	10	4.833	5.399
Recursos municipais – Eventos	11	850	3.806
Empresas municipais	12	1.531	1.623
Adiantamentos de clientes	13	8.093	11.271
Receita diferida ISS/IPTU	10	1.256	-
Outras exigibilidades		187	561
		33.122	44.749
Não circulante			
Empresas municipais	12	1.656	3.070
Obrigações tributárias	10	72.127	72.507
Provisões para contingências	14	73.326	55.352
Adiantamento de clientes	13	144	-
Receita diferida – ISS/IPTU	10	19.371	21.884
Subvenções para investimentos	15	15.475	-
		182.099	152.813
Patrimônio líquido	16		
Capital social		216.713	149.199
Reservas de Capital		-	60.293
Reserva de reavaliação		118.331	119.307
Prejuízos acumulados		(294.995)	(241.237)
		40.049	87.562
Total do passivo e patrimônio líquido		255.270	285.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional	17	85.550	123.912
Deduções da receita operacional		(7.440)	(6.233)
Receita operacional líquida		78.110	117.679
Custo dos serviços prestados	18	(46.690)	(72.029)
Resultado bruto		31.420	45.650
Despesas operacionais		(83.820)	(62.238)
Despesas administrativas	18	(87.752)	(66.201)
Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas		3.932	3.963
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(52.400)	(16.588)
Resultado Financeiro			
Receitas/Despesas financeiras, líquidas		(2.642)	(4.465)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(55.042)	(21.053)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Lucro (prejuízo) líquido do Exercício		(55.042)	(21.053)
Lucro (prejuízo) líquido por ação (Em reais)		(7,31)	(4,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)



	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(55.042)</u>	<u>(21.053)</u>
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.284	1.284
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	<u>(308)</u>	<u>(308)</u>
	<u>976</u>	<u>976</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(54.066)</u>	<u>(20.077)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)



	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de reavaliação	Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2016	149.199	6.001	120.283	(221.468)	54.015
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	41.770	-	-	41.770
Recursos Governamentais	-	12.522	-	-	12.522
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.284)	1.284	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	308	-	308
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(21.053)	(21.053)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2017	149.199	60.293	119.307	(241.237)	87.562
Aumento de capital	67.514	(67.514)	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	19.743	-	-	19.743
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.284)	1.284	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	-	308	-	308
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(55.042)	(55.042)
Recursos governamentais	-	(12.522)	-	-	(12.522)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2018	216.713	-	118.331	(294.995)	40.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)



	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais		
Lucro / Prejuízos líquido do exercício	(55.042)	(21.053)
Ajustes – itens que não afetam o caixa:	22.827	407
Depreciação e amortização	7.382	7.464
Juros e variações monetárias	4.218	6.515
Receita diferida realizada	(1.256)	(1.301)
Provisões para contingências	12.483	(12.271)
Variações nos ativos e passivos	(7.783)	(7.343)
Clientes	5.317	3.262
Almoxarifado	(109)	291
Despesas antecipadas	(725)	-
Tributos a recuperar	1.048	1.516
Depósitos judiciais	(308)	(1.296)
Outros ativos	(54)	69
Fornecedores	(884)	379
Obrigações tributárias	(5.164)	(3.384)
Obrigações trabalhistas	658	(905)
Adiantamentos de clientes	(3.034)	(5.080)
Recursos federais – obra PAC	-	(4.449)
Recursos municipais – Eventos	(2.956)	3.427
Outros passivos	(1.572)	(1.173)
Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais	(39.998)	(27.989)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) / baixa de ativo imobilizado e intangível	(1.528)	(7.352)
Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento	(1.528)	(7.352)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para aumento de Capital	19.743	41.770
Recursos governamentais	2.954	12.522
Recursos líquido originado em atividades de financiamento	22.697	54.292
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(18.829)	18.951
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.216	14.265
Caixa e equivalentes de caixa em no final do exercício	14.387	33.216
	(18.829)	18.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)



	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	94.001	136.608
Outras Receitas	3.932	3.964
Receitas Canceladas	(7.440)	(6.233)
Reversão (constituição) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	298	3.523
	90.791	137.862
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56.309)	(66.967)
	(56.309)	(66.967)
Valor Adicionado Bruto	34.482	70.895
Retenções		
Depreciação e amortização	(7.382)	(7.464)
	(7.382)	(7.464)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	27.100	63.431
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	2.578	3.201
	2.578	3.201
Valor Adicionado Total a Distribuir	29.678	66.632
Distribuição do Valor Adicionado	29.678	66.632
Remuneração do trabalho	61.125	54.761
Remuneração de Governos	22.761	32.180
<i>Federal</i>	16.942	21.717
<i>Municipal</i>	5.819	10.463
Remuneração de capitais de terceiros	834	744
Lucros retidos, (prejuízos) do exercício	(55.042)	(21.053)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. ("SPTuris" ou Companhia) autorizou a conclusão, em 14 de fevereiro de 2019 da elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R3).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é

apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas informações financeiras intermediárias e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017.

- a) Moeda funcional – As informações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da SPTuris. Todas as informações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma;
- b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:
- c) Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- d) Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- e) A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- f) Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).
- g) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos

significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

h) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2018 e 2017 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

i) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;

j) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

k) Almoxarifado – Os itens mantidos no estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;

l) Imobilizado – O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 8;

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “*impairment*”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);

o) Adiantamentos de Clientes – A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;

p) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

q) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

r) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do período. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

s) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.

t) Reconhecimento da receita – A prestação de serviços deve ser reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável.

u) A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios

econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47).

v) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2018, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	49	45
Bancos	1.488	2.312
Aplicações financeiras	12.850	30.859
	14.387	33.216

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento. Nossas aplicações financeiras estão concentradas em renda fixa com base (dezembro/2018) em média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes no País	1.998	5.773
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	5.160	8.960
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.746)	(4.004)
	5.412	10.729

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulantes está demonstrada como segue:

A vencer:	R\$ 1.246
Vencidos até 30 dias:	R\$ 2.470
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	R\$ 258
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	R\$ 95
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	R\$ 1.475
Vencidos a mais de 180 dias:	R\$ 1.614
Total:	R\$ 7.158

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Saldo no início do período 31/12/2017	4.004
Aumento da provisão	793
Diminuição da provisão	(3.051)
Saldos no final do período 31/12/2018	1.746

Foram baixados (*write off*) em 2018 créditos considerados de difícil recuperação e vencidos há mais de cinco anos, totalmente provisionados, no valor de R\$ 1.959 mil.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS a compensar	-	1
IRPJ a compensar	969	1.611
CSLL a compensar	1	4
INSS a compensar	584	986
	1.554	2.602

7. OUTROS VALORES A RECEBER

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos de férias	289	235
Despesas antecipadas	725	-

1.014

235

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017
Terrenos	-	121.122	-	121.122	121.122
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	129.166	(41.611)	87.555	82.515
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(2.159)	2.129	2.307
Estacionamento	3,45%	11.436	(4.155)	7.281	7.805
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.514)	1.496	1.619
Instalações	10%	16.519	(8.788)	7.731	5.409
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.745	(5.972)	773	1.092
Veículos	20%	1.205	(1.196)	9	123
Móveis e utensílios	10%	6.114	(4.830)	1.284	1.499
Outros ativos fixos	20% e 10%	713	(676)	37	38
Construções em andamento	-	-	-	-	11.224
Total imobilizado		300.318	(70.901)	229.417	234.753
Programas e sistemas		2.265	(896)	1.369	1.796
Marcas e patentes		102	(91)	11	103
Total intangível		2.367	(987)	1.380	1.899
Total imobilizado e intangível		302.685	71.888	230.797	236.652

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Contas	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2018
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Edifícios e Benfeitorias	82.515	-	-	9.114	(4.074)	87.555
Túnel de Serviços	2.307	-	-	-	(178)	2.129
Estacionamento	7.805	-	-	-	(524)	7.281
Ruas Praças e Jardins	1.619	-	-	-	(123)	1.496
Instalações	5.409	15	-	3.594	(1.287)	7.731
Moveis e Utensílios	1.499	-	-	39	(254)	1.284
Maquinas e Equipamentos	1.092	32	-	33	(384)	773
Veículos	123	-	-	-	(114)	9
Outros ativos fixos	38	4	-	2	(7)	37
Construções em Andamento	11.224	1.476	-	(12.700)	-	-
Total Imobilizado	234.753	1.527	-	82	(6.945)	229.417
Programas e Sistemas	1.796	-	-	-	(427)	1.369

Marcas e Patentes	103	-	-	(82)	(10)	11
Total Intangível	1.899	-	-	(82)	(437)	1.380
Imobilizado e Intangível	236.652	1.527	-	-	(7.382)	230.797

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou indicativos da necessidade de constituição de provisão.

É importante ressaltar que o Ativo Imobilizado de R\$229.417 mil é composto de 53% de terrenos computado a preços de custo (R\$121.122 mil), 38% de edificações e os restantes 9% em outros equipamentos.

O ativo intangível é composto por programas e sistema de informática e marcas e patentes.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações com pessoal	-	25
FGTS	282	-
INSS empresa	1.315	1.110
INSS retido	183	183
Provisão para férias e encargos	4.900	4.716
IRRF	593	581
Provisão para dissídio e encargos	-	4.427
Provisão para causas trabalhistas	-	1.064
	7.273	12.106

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS / RECEITA DIFERIDA ISS/IPTU

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	17	156
Parcelamento IPTU/ISS	4.300	4.043
Receita Federal:		
. COFINS a recolher	238	512
. PIS a recolher	51	111
. Impostos retidos	227	577
	4.833	5.399
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	66.296	66.367
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	5.831	6.140
	72.127	72.507
Total circulante e não circulante	76.960	77.906

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2018 e 2017 foram pagos R\$ 4.182 e R\$ 3.851 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 150 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2018 era de R\$ 70.595.

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

Receita diferida ISS/IPTU

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante	1.256	-
Não circulante	19.371	21.884
	20.627	21.884

11. EVENTOS A REALIZAR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Carnaval futuro	850	3.806

Em 13/07/2018, a partir do Decreto nº 58.319/2018 a PMSP revogou o Decreto 46.356/05 pelo qual a SPTURIS possuía exclusividade no que se refere aos seguintes eventos: Festa oficial de "réveillon", aniversário da Cidade, Carnaval, Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, festejos de Natal e São Paulo "Fashion Week".

12. EMPRESAS MUNICIPAIS – ACORDO PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à SPTuris um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a SPTuris ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 3.187 em dezembro/18, sendo R\$ 1.531 no curto prazo e R\$ 1.656 no longo prazo. E em dezembro/17, R\$ 4.693, sendo R\$ 1.623 no curto prazo e R\$ 3.070 no longo prazo.

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
SPTRANS	311	292
PRODAM	577	630
CET	379	414
SP URBANISMO	264	287
	1.531	1.623
Não circulante		
SP TRANS	1.656	850
PRODAM	-	577
CET	-	379
SP URBANISMO	-	263
	1.656	3.070

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	3.668	5.435
Cessões de áreas a realizar - Palácio das Convenções	2.721	2.880
Cessões de áreas a realizar - Pólo Cultural	979	342
Cessões de áreas a realizar - Auditório Elis Regina	324	586
Adiantamentos de clientes	401	1.992
Contratos de mídia	-	36
	8.093	11.271
Não circulante		
Cessões de áreas a realizar - Pavilhão de Exposições	144	-
	144	-
Total circulante e não circulante	8.237	11.271

Incertezas quanto ao resultado do processo de privatização em andamento, a facilidade da experiência virtual com produtos oferecidos pelas empresas, e também a possibilidade de participação em eventos via tecnologia embarcada na Internet, são fatores que têm prejudicado a presença física do público nos eventos, refletindo no volume de cessões de nossas áreas.

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em certos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997 tem o valor estimado em R\$49.086 (*incluídos 20% de honorários*). Entretanto, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, determinou a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça de São Paulo, para revisão do percentual dos honorários de sucumbência. Contra essa decisão, foram opostos embargos de declaração, ainda pendentes de julgamento.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias
Saldo no início do período 31/12/2017	47.431	2.047	5.874
Reclassificação do curto para longo prazo da provisão para dissídio e encargos	-	10.822	-
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas		5.951	-
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	2.495	(532)	-
Valores baixados		(762)	-
Saldos no final do período 31/12/2018	49.926	17.526	5.874

Provisão para dissídio e encargos – Refere-se ao dissídio do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial. Da mesma forma, foi acrescentada à provisão o ACT 2017/2018, com base na estimativa de aumento de 2% dos salários. Em 31/10/2018 o saldo foi transferido para o exigível a longo prazo, tendo em vista que as perspectivas de eventuais soluções podem vir para além do próximo exercício.

Em trabalho de consultoria externa de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas possíveis contingências tributárias que a Administração entendeu que deveriam ser reconhecidas e que são as seguintes: PIS e COFINS - R\$ 5.606, IRPJ e CSLL - R\$ 268.

15. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/12/2018 o montante de R\$ 15.475 e aplicados R\$ 12.699 em obras.

Desde a instauração do processo de privatização, a Companhia não faz quaisquer estimativas quanto a recebimento e aplicações de recursos públicos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Quantidades em 31/12/2018			Capital Social (R\$ mil) 31/12/2018	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	
Saldo em 31/12/2017	5.064.624	38.350	75.745	5.178.719	149.199
Aumento em 06/09/2018	2.325.309	6.503	11.623	2.343.435	67.514
Saldo em 31/12/2018	7.389.933	44.853	87.368	7.522.154	216.713

A empresa contava com 3.533 acionistas em 31/12/2018 e 3.543 acionistas em 31/12/2017. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. Os últimos preços cotados em 2018, em lote padrão, conforme o site http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm, foram: R\$ 75,00 para as ações ordinárias, R\$ 85,00 para as ações preferenciais Classe "A" e R\$ 80,00 para as ações preferenciais Classe "B".

17. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE publicada atende às disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 47, aprovado pela Resolução CFC – NBC TG 47, aprovado pela Deliberação CVM - 762/16, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigo 208 do Regulamento do Imposto de Renda - Decreto 9.580/18) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Operacional Bruta	94.001	136.608
Eventos	43.623	82.147
Pavilhão	15.769	19.055
Palácio	8.376	9.916
Polo Cultural	5.513	4.655
Outras Locações	4.699	7.033
Estacionamento	5.801	5.276
Telecom	2.804	2.519
Autódromo de Interlagos	7.416	6.007

Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(8.451)	(12.696)
	85.550	123.912
Deduções da receita bruta	(7.440)	(6.233)
Receita Operacional Líquida	78.110	117.679

A receita de prestação de serviços por eventos realizados para a Prefeitura de São Paulo é reconhecida tão somente quando da emissão da nota fiscal, ocasião em que a Prefeitura tem como aceitos todos os itens de custos envolvidos para a realização dos eventos.

18. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

18.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Terceiros (serviços/equipamentos)	29.198	48.661
Utilidades e Serviços	12.158	18.756
Depreciação	5.334	4.612
	46.690	72.029

18.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações	26.686	26.581
Encargos sociais	19.633	19.696
Benefícios	13.449	13.211
Utilidades e serviços	382	445
Honorários	673	870
Manutenções e locações	1.418	772
Despesas gerais	10.190	10.899
Propaganda e publicidade	553	284
Tributos, taxas e contribuições	1.182	3.338
Depreciações e amortizações	1.401	2.376
Provisões e reversões de provisões	12.185	(12.271)
	87.752	66.201

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

19. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2018	2017
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.477	94.400
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de

	Saldo contábil	Valor justo
Disponibilidades	14.387	14.387
Contas a receber e clientes	5.412	5.412
Impostos a recuperar	1.554	1.554
Outras contas a receber	289	289
Obrigações trabalhistas	7.273	7.273
Fornecedores	9.099	9.099
Obrigações tributárias	76.960	76.960
Empresas municipais	3.186	3.186

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Derivativos

Durante este período, a Companhia não realizou operações com derivativos.

c) Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos sobre disponibilidades e aplicações financeiras. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras.

Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz

O cumprimento com as normas da Companhia deve ser apoiado por um processo de avaliação contínua da qualidade e um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a administração da unidade de negócios relacionada, e com reportes efetuados ao Comitê Auditoria Estatutário e à Administração da Companhia.

21. PARTES RELACIONADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

O volume de transações com as partes relacionadas (Prefeitura e suas Secretarias), conforme abaixo apresentado, representa em 31/12/2018, 49,6% da receita total do ano comparado a 61,6% no mesmo período em 2017.

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura de São Paulo)	5.160	8.960
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Carnaval	850	3.806
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	4.300	4.043
SPTRANS	311	292
PRODAM	577	630
CET	379	414
SP URBANISMO	263	287
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	66.295	66.367
SPTRANS	1.656	1.850
PRODAM	-	577
CET	-	380
SP URBANISMO	-	263
Resultado		
Receitas	46.668	84.218
Receitas com eventos PMSP	43.623	82.147
Receitas com locação de área PMSPs	3.045	2.071
Despesas financeiras com PPI e empresas da PMSP	(4.494)	(6.990)

Com relação ao Carnaval, em 2018, a PMSP contratou a SPTURIS para a realização da locação e infraestrutura do Sambódromo, Eleição da Corte, Carnaval de Bairros, recebendo por estes serviços R\$ 5.156 mil. Além destes serviços, a SPTURIS foi contratada para apoio institucional ao Carnaval Paulistano, que contempla sua organização, divulgação, controle e fiscalização das apresentações das agremiações. O valor estimado deste contrato foi de R\$ 39.494 mil, sendo que R\$ 37.800 mil foram para mero repasse às agremiações e, R\$ 1.694 mil, como efetiva remuneração.

22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral e não recebem outros benefícios.

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no período (de janeiro a dezembro) foi de R\$ 2.035 (R\$ 1.985 em 2017). Como pessoal chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho Fiscal.

23. CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos entre receitas e despesas, normalmente tem sido suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seus acionistas, bem como da redução dos custos e despesas operacionais, e do sucesso das medidas de reestruturação operacional, societária ou administrativas, para que os clientes cujas atividades tenham um ciclo operacional longo retornem o mais breve possível, diante da perspectiva mais definida de segurança para realização de seus eventos, e assim a empresa possa ocupar seus espaços maiores, que geram receitas com maior margem de contribuição.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 14 de fevereiro de 2019, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis.

Em 30/01/2019 foi aprovada pela Administração a proposta de Plano de Demissão Voluntária apresentada pela Companhia, plano este que foi elaborado estritamente nos termos, limites e condições aprovados pela Junta Orçamentário-Financeira, por meio do Ofício/SF/SUTEM/DECAP 133/2017.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 07/02/2019, pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, publicou no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, página 68, o Aviso de Abertura de Licitação referente ao Edital SMDP nº 002/2019, para a alienação de ações de titularidade do Município representativas do capital social da São Paulo Turismo, bem como do Despacho Autorizatório para a realização da referida licitação, na modalidade leilão, em lote único, pelo preço mínimo de R\$ 1.007.000, (um bilhão e sete milhões de reais), o qual deverá ser pago à vista ou em parcelas mensais com prazo de quitação até dezembro de 2020.

Em 11/02/2019, de acordo com o Edital de Privatização SMDP Nº 002/2019, item 4.6.1, foi aprovada a Proposta da Administração para aumento do capital em R\$ 100.000.000,00, sendo R\$ 30.000.000,00 em novo aporte de recursos financeiros e R\$ 70.000.000,00 pela capitalização do crédito do Município de São Paulo em razão de débitos tributários municipais da Companhia inseridos no Programa de Parcelamento Incentivado ("PPI").
